

## 1. A LITERATURA IMPENSÁVEL

RANCIÈRE, Jacques. Políticas da escrita. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1995 [1995]

Quem procura delimitar em sua singularidade o ser da coisa literária esbarra em primeiro lugar na opacidade de um nome. A palavra literatura parece, realmente, dotada de notável capacidade de apagar as operações que a constituíram como objeto teórico. Historicamente, a noção se impôs como por surpresa num deslizamento de sentido, ínfimo o bastante em sua operação para que alguns possam simplesmente tê-lo ignorado, radical o bastante em seus efeitos para que outros possam ter feito da literatura um sacerdócio ou uma nova nobreza.

O deslizamento histórico pode, em primeira análise, ser designado de maneira muito simples: é a passagem de um saber para uma arte. No século XVIII, como se sabe, a literatura não era a arte dos escritores, era o saber dos letrados, aquilo que lhes permitia apreciar as belas-letas. Estas, por seu lado, eram artes bem definidas, a poesia e a eloquência. Uma e outra se dividiam em gêneros determinados segundo variáveis específicas: o assunto de que tratavam, os sentimentos que tentavam provocar, os modos de composição e métrica que utilizavam. Gêneros e subgêneros punham em prática saberes precisos correspondentes às três grandes atividades usadas na construção da obra: a *inventio*, que determinava os assuntos, a *dispositio*, que dava organização as partes do poema ou do discurso, a *elocutio*, que dava aos caracteres e aos episódios o tom e os complementos que convidavam à dignidade do gênero ao mesmo tempo que à especificidade do assunto. Regras técnicas indicavam os meios de produzir efeitos expressivos específicos. Regras de gosto permitiam julgar quais efeitos deviam ou não deviam ser produzidos. As aulas de literatura do século dezoito ensinavam o letrado a apreciar as obras a partir desses saberes e dessas normas.

No século XIX, essa palavra literatura, que designava um saber, passará a designar seu objeto. A literatura se torna propriamente a atividade daquele que escreve. Ora, essa mudança de natureza e de assunto parece se fazer sem que ninguém note. A aula de literatura no século

próprio do discurso, até mesmo um modo de vida próprio, a realização de um dever específico para com a língua, onde ética e estilística se confundem. Ela veio assim a se enunciar, pela pena de Mallarmé, como a própria realidade que existe, “sozinha, com exceção de tudo”.

Sob o mesmo nome de literatura vieram então se confundir operações contraditórias. A literatura dá nome a uma ruptura em relação à tradição das belas-lettras; ela apaga essa ruptura na ilusão da continuidade, mas pode também levá-la a seu ponto de absolutização. Antes de mais nada, o nome de literatura é capaz de fazer coexistir os contrários: na época das declarações de Mallarmé, os manuais de escola primária continuavam a manejar sem perturbação as regras da *inventio*, da *dispositio* e da *elocutio*. E ainda hoje coexistem as histórias de literatura para as quais a continuidade de uma mesma arte percorre as eras, e os pensamentos da literatura que fazem a descoberta, ainda na infância desta, de um avesso obscuro e silencioso da língua.

Pode-se, naturalmente, reduzir a inquietação induzida pela ambigüidade da palavra: dizer que só há literário, propriamente dito, depois que a literatura se nomeou e se experimentou como tal ou, ao contrário, que a palavra literatura é o nome com o qual atualmente percebemos aquilo que, em sua efetuação, pertencia a outras categorias (poesia, belas-lettras, etc.). Põe-se então a palavra em acordo com a idéia, seja relativizando o nome, seja especificando seu conteúdo. Minha hipótese é que, ao se proceder assim, deixa-se escapar precisamente a própria questão colocada pela literatura, questão que vem justamente perturbar a ordem das classificações entre os modos e os gêneros do discurso. A impossibilidade de delimitação entre uma noção comum e o conceito específico de uma coisa definida não é um defeito atribuível às imperfeições da língua ou ao atraso do conceito. “Literatura” é um desses nomes flutuantes que resistem à redução nominalista, um desses conceitos transversais que têm a propriedade de desmanchar as relações estáveis entre nomes, idéias e coisas e, junto com elas, as delimitações organizadas entre as artes, os saberes ou os modos do discurso. “Literatura” pertence a essa delimitação e a essa guerra da escrita onde se fazem e se desfazem as relações entre a ordem do discurso e a ordem dos estados.

Há nisso, para a filosofia, o princípio de uma perturbação mais grave do que o velho engano dos poetas denunciado na *Repubblica*. Sem dúvida Homero e seus pares são, para Platão, duplamente enganadores: em seus *mythoi* que nos apresentam deuses que desmentem a pró-

anterior ensinava a apreciar as obras de belas-lettras, agora ensinará a apreciar as obras da literatura. As coisas ocorrem como se apenas tivessem sido mudados um nome e um ponto de focalização: as belas-lettras teriam adotado o nome de literatura, o ponto de vista teria se deslocado do saber do apreciador para o conhecimento da idiossincrasia particular do produtor. Parece assim assegurada a continuidade das belas-lettras de antanho para a literatura. E mesmo esse nome novo de literatura se revela mais próprio que o antigo para fundar uma historicidade específica. Parece permitir finalmente pensar, em sua continuidade, o conjunto das artes da língua desde o primórdio das eras, dos textos sagrados e saberes retóricos até os romances modernos, passando pelos grandes gêneros poéticos — trágico, épico e lírico.

Essa aparente continuidade encontra no entanto um paradoxo, particularmente detectável na leitura do livro de Ernst Robert Curtius, *Literatura européia e Idade Média latina*. Curtius afirma a existência de uma continuidade desde as escolas de retórica gregas até a literatura moderna. Essa continuidade seria marcada pela transmissão ininterrupta de saberes e também por um certo número de *topoi* que determinam uma mesma rede de fábulas e um mesmo estatuto do livro. Entretanto, Curtius escreve com o sentimento de um perigo: a continuidade da literatura européia está em situação arriscada devido à perda dos saberes tradicionais. Mas a pergunta que ele não pode fazer é a seguinte: será que não há precisamente correlação entre a perda dos saberes tradicionais e o surgimento dessa idéia de literatura que permite retrospectivamente compreender numa mesma noção essas artes e esses saberes da língua? A literatura torna-se precisamente nomeável como a atividade específica daqueles que escrevem no momento em que a “herança” se desvanece. Ela não é aquilo que sucede às belas-lettras, porém aquilo que as suprime. Há literatura quando os gêneros poéticos e as artes poéticas cedem lugar ao ato indiferenciado e à arte sempre singular de escrever. É sabido que os dois gêneros através dos quais ela se conhece como tal são precisamente os dois gêneros fora de gênero: a poesia lírica, situada à margem da grande poesia — épica e dramática —, e o romance, situado à margem da eloqüência. Foi a partir deles que a revolução romântica se pensou, que a literatura pôde se colocar como uma experiência e uma prática autônomas da linguagem. Foi assim que ela se definiu como uma capacidade própria: o estilo, essa “maneira absoluta de ver as coisas” (Flaubert) que se desliga da subordinação da *elocutio*. A literatura veio assim a se dar como um modo

